

A indústria brasileira em crise: uma abordagem da regulação*

*Luiz Augusto Estrella Faria***

1 - O Brasil e a crise do fordismo

Este trabalho pretende, com o uso da abordagem da regulação, contribuir para a compreensão da crise de crescimento que se manifesta abertamente na economia brasileira, a partir de 1981. Para tanto, tratamos de investigar a hipótese de se essa crise resulta do esgotamento do modo de desenvolvimento chamado de “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1988), no que seria uma versão “tropical” da crise do fordismo nos países capitalistas desenvolvidos, tema fundador e recorrente nas análises que se servem dessa abordagem. A versão brasileira desse modo de desenvolvimento constituiu-se a partir da construção do regime de acumulação intensivo no País, processo desencadeado pela experiência da industrialização desde os anos 30. Nosso intento será realizar uma análise do regime de acumulação brasileiro, estudando a evolução de sua estrutura produtiva. De acordo com nossa compreensão da abordagem da

* Este texto é resultado de uma pesquisa desenvolvida na FEE, com apoio da FAPERGS.

O autor agradece a colaboração de Octavio Conceição, Patrícia Paes Leme, Adalmir Marquetti, Lisiane Silva e Paula Xavier, que participaram de várias etapas do projeto. Agradece também a leitura crítica de Duílio de Ávila Berni, bem como a Andreas Novy, Andrés Musacchio, Joachim Becker e Werner Raza, que discutiram os resultados durante sua permanência como Professor-Visitante na Wirtschaftsuniversität de Viena, em junho de 1995. Finalmente, agradece as sugestões de dois pareceristas anônimos desta revista. Outrossim cobra a lembrança de que o texto aqui apresentado, com seus eventuais equívocos, é de sua exclusiva responsabilidade.

** Economista, Técnico da FEE e Professor da UFRGS.

regulação, um regime de acumulação é a representação teórica de um sistema produtivo capaz de se auto-reproduzir. Dessa forma, a caracterização do regime de acumulação é dada pela compreensão das condições da produção e de sua realização. Isso implica uma análise do que a contabilidade social chama de as óticas do Produto e da despesa. Neste trabalho, faremos uma abordagem unicamente das condições da produção. Para tanto, examinaremos a evolução do segmento mais importante da estrutura produtiva, a indústria.¹

Conforme uma periodização que fizemos anteriormente (FARIA, 1994), o regime de acumulação intensivo ficou completo ao final do II PND, na virada da década de 80. Naquele momento, o estágio de desenvolvimento do fordismo periférico encontrava seu apogeu, embora os desequilíbrios macroeconômicos já anunciassem a crise que se arrastaria pela década toda e pelos primeiros anos da de 90. Considerar esse estágio encerrado na história econômica do Brasil é ainda prematuro. A invenção histórica está em plena agonia criadora. Uma terceira revolução industrial está em marcha nos países líderes do desenvolvimento mundial. Há mais de 200 anos atrás, em meados do século XVIII, um fenômeno similar ocorria. Um conjunto de inventos aplicados à manufatura possibilitou a superação do estágio da acumulação primitiva através da Primeira Revolução Industrial e criou a acumulação capitalista propriamente dita. Nessa época, a economia colonial brasileira reforçava sua especialização primário-exportadora com a descoberta do ouro em Minas Gerais. Para ingressar na era industrial, o Brasil levou mais de 100 anos. Da mesma forma, levou quase outros 100 anos para concretizar o estágio da acumulação intensiva, iniciado na crise dos anos 70 do século passado, no Primeiro Mundo. Quer dizer, se esse descompasso persistir, pode ser que o regime de acumulação intensivo ainda perdure no País por muito tempo, em que pese a estar sendo superado nos países centrais.²

¹ A análise restrita ao setor industrial, e mais especificamente à indústria de transformação, deve-se não apenas ao pressuposto de sua hegemonia sobre a estrutura produtiva, e nisso temos a companhia da melhor tradição da historiografia econômica nacional, mas também à disponibilidade de dados do tipo que analisamos aqui e que não existem para os outros setores da economia.

² A sugestão sobre esse descompasso e sua possível persistência é de Cano (1993).

1.1 - A crise no centro

O modo de desenvolvimento do fordismo nos países centrais, cujo regime de acumulação foi recriado no Brasil, teve sucesso, na medida em que conseguiu, em sua fase áurea, casar o constante e intenso processo de crescimento da produtividade do trabalho, que é inerente a seu perfil técnico, com uma taxa de mais-valia que lhe permitisse contrariar a tendência à queda da taxa de lucro pelo crescimento da composição orgânica do capital. Somando-se a isso, o crescimento dos salários reais de acordo com a produtividade, além de não ameaçar a taxa de mais-valia, garantia que uma crise de demanda efetiva como a de 1929 não mais ocorresse.

Todas as análises realizadas sob a perspectiva regulacionista sobre a crise inaugurada nos anos 70 no Primeiro Mundo convergem para indicar que um esgotamento do padrão de acumulação intensivo inviabilizou a continuidade do crescimento, a reprodutibilidade do sistema. Se o tipo de transição que ocorreu na história do capitalismo até agora permanecer, teremos a inauguração de um novo padrão, que configurará um novo regime de acumulação, ao qual Harvey (1992) chamou flexível, ainda sob a égide do modo de regulação monopolista. Daqui há 50 anos, o novo regime entraria em contradição com o modo de regulação, e uma nova crise sobreviria. Sua superação seria dada com a inauguração de uma nova regulação adequada ao regime em vigor, abrindo uma etapa de auge da acumulação “flexível”, da mesma forma que entre 1848 e 1871, na acumulação extensiva, e entre 1946 e 1973, na acumulação intensiva, quando regime e modo perfeitamente adequados propiciaram “idades de ouro” do desenvolvimento de cada um desses estágios capitalistas.

Entretanto a maior parte dos autores (LIPIETZ, 1979, AGLIETTA, 1986 e BOYER, 1986) vê também uma crise do modo de regulação monopolista acompanhando esse esgotamento do regime de acumulação. Mais recentemente, Lipietz (1992) admitiu a possibilidade de o modo de regulação monopolista persistir em mais um estágio do desenvolvimento capitalista nos países centrais, sofrendo algumas adaptações apenas. Seria o cenário resultante da derrota do neoliberalismo como política econômica alternativa (que ele chamou “liberal-productivismo”) e o retorno adaptado das políticas keynesianas (chamadas de “compromisso social negociado”). Nesse caso, teríamos a seqüência clássica repetida mais uma vez.

1.2 - A crise no Brasil

Na periodização esboçada em Faria (1994), sugerimos que a crise que se abateu sobre a economia brasileira desde 1981 poderia representar o final do estágio da acumulação intensiva. Dizíamos também que essa hipótese havia nascido do próprio estudo da crise, na medida em que seu grau de abstração foi diminuindo e a “análise concreta da situação concreta” foi se fazendo mais presente. Entretanto, na própria periodização apresentada, uma questão surge. Seria o regime de acumulação intensivo, na economia brasileira, um natimorto?

O estágio de desenvolvimento inaugurado com a industrialização percorreu até 1980 sucessivas etapas, que têm uma característica em comum, ou seja, a construção de um regime de acumulação completo pela substituição de importações dos bens típicos da indústria de acumulação intensiva: os bens de consumo não duráveis e uma parte dos bens de produção implantados na transição para a acumulação intensiva entre 1930 e 1950; os bens de consumo duráveis entre 1950 e 1973; e os bens de produção entre 1974 e 1980. Isto é, quando o regime ficou completo, seu potencial dinâmico esgotou-se. Essa é a interpretação de Tauile e Young (1991). Para esses autores, que analisaram a relação entre distribuição de renda e crescimento, à semelhança do fordismo central a economia brasileira dependeria do consumo de massa para viabilizar a acumulação intensiva, sendo a concentração da renda um entrave ao crescimento. O problema da realização não havia se manifestado até 1980, porque o processo de substituição de importações funcionava como uma espécie de demanda autônoma keynesiana, dinamizando o sistema. Ao final do II PND, sem mais possibilidade de substituir importações, a economia entrou em crise por insuficiência de demanda. Crise para a qual as exportações provaram não ser alternativa, pois sua capacidade de impactar a estrutura produtiva em seu conjunto se mostrou reduzida. Essa interpretação vem ao encontro da de Haguenaer (1990), que aponta o potencial dinâmico de uma redistribuição de renda no Brasil.

Cartier-Bresson *et al.* (1987), que fazem uma análise bastante profunda da função consumo da economia brasileira,³ tendem a minimizar o papel da concentração da renda na insuficiência do consumo. Apresentando uma interpretação alternativa, dão menor importância à chamada substituição de importações e apontam a transição demográfica materializada no rápido e de grandes dimensões processo de urbanização da sociedade brasileira como geradora de uma demanda suficiente para viabilizar a acumulação de capital no País. Nesse sentido, podemos acrescentar, guardaria certa semelhança com o que ocorreu no estágio da acumulação extensiva na Europa, quando a introdução do estilo de vida urbano, o assalariamento e a migração para as cidades criaram o mercado necessário para a indústria em desenvolvimento.

Creemos que ambas as interpretações têm parcela da explicação do fenômeno. É majoritária entre os historiadores da economia brasileira a visão do papel proeminente da substituição de importações na industrialização do País (CONCEIÇÃO, 1989a). Da mesma forma, uma análise muito preliminar que pudemos realizar comparando os resultados obtidos pelo IBGE na ENDEF e na POF mostrou que a redução do peso do consumo de produtos industriais pelas famílias de baixa renda no orçamento do total das famílias, substituídos por gastos com serviços, como transporte, pode ter sido responsável pela estagnação do crescimento industrial entre 1981 e 1988, principalmente nos gêneros típicos da acumulação extensiva, que, no Brasil, representam o consumo das grandes massas (alimentação, têxtil, etc.) e que foram os que apresentaram os resultados mais negativos entre 1981 e 1988.⁴ No estágio que chamamos de Desenvolvimento do Capitalismo e que coincide com a chamada República Velha, o crescimento do assalariamento, a moneti-

³ Essa análise do consumo teve por base o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) do IBGE, que pesquisou as despesas familiares no Brasil, em 1974-75, ao final do período que chamamos Auge Precoce. Em 1987-88, já após vários anos de crise, outra pesquisa foi realizada, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Uma comparação das duas, que não foi realizada naquele trabalho, concluído justamente em 1987, poderia indicar que relação haveria entre a modificação do padrão de consumo das famílias nos diversos estratos de renda e o desenvolvimento econômico. Infelizmente, não foi possível incorporar essa perspectiva em nossa análise, por enquanto.

⁴ Os dados serão mais discutidos adiante, na análise do Gráfico 2. Quanto aos dados de consumo, estão disponíveis em ENDEF (1981) e POF (1990).

zação da economia e o crescimento das exportações constituíram um mercado interno que abre espaço à industrialização por substituição de importações. No estágio seguinte, o do Fordismo Periférico ou Tropical,⁵ o crescimento do mercado interno pela ampliação da massa assalariada e pela urbanização multiplicou o efeito dinâmico da substituição de importações e sustentou o crescimento até 1980.

Na análise que segue, com um grau de generalidade menor, vamos estudar o desempenho da indústria brasileira através de um conjunto de variáveis selecionadas das estatísticas industriais do IBGE. Através da análise desses dados, pretendemos, em primeiro lugar, descrever o perfil da indústria, estudando a evolução de sua estrutura para, assim, caracterizar o regime de acumulação nos diversos momentos da História. Em segundo lugar, processamos um outro conjunto de variáveis capaz de explicar os determinantes do desempenho do setor industrial nessas diversas etapas do desenvolvimento.

Ao final dessa investigação, estaremos aptos a apontar alguns fatores determinantes do desempenho da economia brasileira no estágio do Fordismo Tropical.

2 - A indústria brasileira no Fordismo Tropical

Os dados do desempenho da indústria brasileira são reunidos e organizados por gênero pelo IBGE. Em nossa perspectiva teórica, interessa-nos identificar, com vistas a uma divisão dos dados setoriais, dois agrupamentos industriais: aquele do conjunto de indústrias desenvolvido pelo regime de acumulação extensivo e um outro conjunto das atividades industriais típicas da acumulação intensiva. Nesse sentido, agrupamos as estatísticas em duas classes distintas: o grupo da acumulação intensiva e o grupo da acumulação extensiva. Como os dados que selecionamos são apresentados num grau de abertura que desce até os gêneros apenas, formamos os grupos pela

⁵ Taule e Young (1991) chamaram de "capenga", porque não tem a perna do consumo.

agregação dos gêneros característicos⁶ de cada regime de acumulação.⁷ Anteriormente, fizemos menção a uma possível acumulação flexível. Esse seria o regime de acumulação em formação nos países centrais e que substituiria o da acumulação intensiva. Tal processo vem sendo identificado com mudanças de produto, através de desenvolvimentos como a microeletrônica e as comunicações digitais, os novos materiais ou a engenharia genética; e de processo, como a introdução de novas modalidades de gestão e organização do trabalho, a exemplo do Kanban, do Just-in-Time, dos CCQs, etc. Mesmo nessas economias, o grau de difusão dessas transformações ainda é pequeno, o que não permite identificar um regime de acumulação novo pronto e acabado. Para a economia brasileira, essa possibilidade é mais remota. De qualquer maneira, uma vez que a nossa melhor fonte, a Pesquisa Industrial Anual, deixou de ser publicada desde 1984, o que nos obrigou a restringir a maior parte da análise ao período que se encerra com o ano censitário de 1985, a consideração de uma acumulação flexível para o Brasil seria mera especulação.

Nossa análise tratou, pois, de comparar o desempenho desses dois conjuntos de indústrias nos diversos períodos do desenvolvimento nacional. A composição dos dois grupos adotou a divisão classificatória que segue.

Como representativos do regime de acumulação extensiva, consideramos os gêneros:

- * produtos alimentares; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; têxtil; bebidas; fumo; perfumaria, sabões e velas; mobiliário; madeira; couros, peles e produtos similares; minerais não-metálicos; e editorial e gráfica.

⁶ É importante reter que a classificação do IBGE agrupando os diversos segmentos da indústria está inspirada pelos padrões do fordismo, causando alguma dificuldade para a identificação da tipicidade de cada um desses gêneros. A solução através da adoção de uma forma de reagrupamento dos dados a partir de um grau de abertura maior implica, além de perda de informação pela forma como as tabelas são apresentadas para divulgação, todo um trabalho que não foi possível realizar por enquanto. Assim, uma indústria típica da (futura) acumulação flexível como a informática está diluída em material elétrico, serviços de comunicações e outros serviços, confundida com eletrodomésticos, telégrafo ou imprensa escrita, e outra como os novos materiais está em minerais não-metálicos ou química, junto com cimento e petróleo, todos típicos dos regimes de acumulação intensivos.

⁷ Lembrem-se de que a construção de um regime de acumulação novo não se restringe ao surgimento de novos ramos na estrutura produtiva, mas também pressupõe a reconversão com base nas novas tecnologias dos ramos já existentes. Isto é, a inovação é também de processo e não só de produto.

E como representativos do regime de acumulação intensiva, os seguintes gêneros:

- * metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transporte; química; produtos de matérias plásticas; papel e papelão; borracha; produtos farmacêuticos.

Para cada um dos gêneros, calculamos oito indicadores e depois agregamos esses indicadores nos dois grupos típicos.⁸ A seguir, passamos à consideração de cada um dos indicadores. Numa parte final, tecemos algumas considerações conclusivas.

2.1 - A estrutura do Produto industrial

A participação de cada um dos grupos típicos na estrutura do Produto industrial é um indicador óbvio da importância relativa de cada um. O Gráfico 1 mostra a evolução do peso relativo dos dois agrupamentos de gêneros típicos de cada padrão de acumulação. A composição da estrutura do valor adicionado da indústria mostra o processo de transição e construção da acumulação intensiva seguindo as etapas delimitadas pela periodização que adotamos. O primeiro período estende-se até 1930 e é o que definimos como de transição para o modo de produção capitalista propriamente dito e está representado pelo ano de 1920, quando o grupo da acumulação extensiva tem sua mais alta participação (84,1%), liderada pela indústria têxtil (28,6%) e pela de produtos alimentares (22,2%). No grupo da acumulação intensiva, têm significado apenas as indústrias química, metalúrgica e mecânica, mas através de segmentos desenvolvidos no paradigma extensivo, como a funilaria ou as tintas.

No período seguinte, de transição para a acumulação intensiva, entre 1930 e 1950, o grupo da acumulação extensiva ainda predomina, mas seu valor adicionado vem perdendo participação relativa, caindo para 72,9% em 1940 e para 70,5% em 1949. O gênero que mais perdeu importância é o líder do padrão extensivo, a indústria têxtil, que caiu para 19,6% em 1949. Dentre os

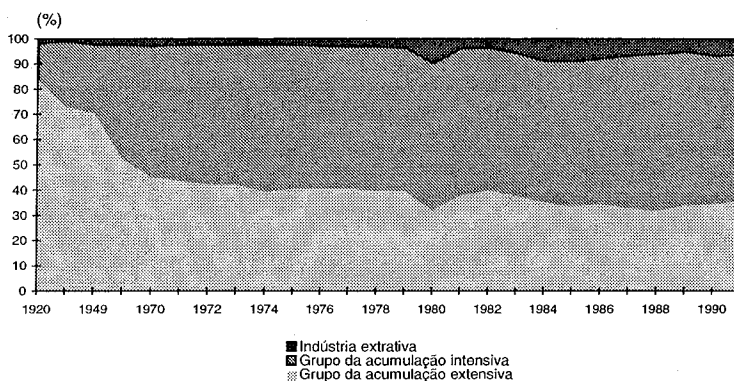
⁸ Os dados por gênero e os procedimentos metodológicos podem ser obtidos em Faria (1995).

que cresceram, destacam-se a metalúrgica e o material de transporte. No próximo subperíodo, dentro do processo de construção da acumulação intensiva, o final da substituição de importações de bens de consumo aparece nos dados de 1959, quando o grupo da acumulação intensiva já atingia 45,0% do valor adicionado industrial, liderado pelos gêneros metalúrgica, química e material de transporte, comandados desde então pelas indústrias petroquímica e automobilística. As maiores reduções são ainda detectadas na têxtil e, dessa vez, nos produtos alimentares.

No subperíodo que chamamos de Auge Precoces, entre 1969 e 1973, o grupo da acumulação intensiva assumiu a hegemonia, oscilando no patamar de 52,1% a 55,4%. Os maiores gêneros confirmam-se como metalúrgica, química e material de transporte. Dos gêneros típicos da acumulação extensiva, a alimentação estanca sua queda no nível de 12% a 13%, permanecendo a indústria têxtil como o gênero que lidera a perda de importância do grupo, alcançando apenas 8,8% em 1973.

Gráfico 1

Composição do valor adicionado industrial, por grupos típicos, no Brasil — 1920-1991



FONTE: IBGE.

FGV.

NOTA: Dados em valores correntes. Nos valores correspondentes à indústria extrativa, está incluído o gênero da indústria de transformação agrupado como Outros. Seu valor é, entretanto, pouco expressivo.

A última etapa desse período, quando se concluiu a acumulação intensiva, é marcada pela estabilidade dessa estrutura da produção. A maior mudança ocorreu por conta da indústria extrativa, deixada à parte no Gráfico 1, que tem sua participação crescente no final do período, alcançando 9,8% em 1980. Esse espaço foi ganho sobre o grupo da acumulação extensiva, que caiu para 31,85% naquele ano, enquanto o grupo da acumulação intensiva mudou para o patamar de 58,4%. Tal desempenho da indústria extrativa é parte do processo de substituição de importações, com vistas a completar o regime de acumulação no que respeita aos bens de produção. Resultou do crescimento da produção de petróleo e de outras matérias-primas minerais.

De 1981 em diante, a crise do fordismo tropical escancarou-se. Nessa nova conjuntura, a estrutura do Produto pouco se alterou. As oscilações ficaram por conta novamente, da indústria extrativa, que atingiu novo pico em 1985, e do grupo da acumulação extensiva, especialmente sensível aos momentos de maior aceleração inflacionária, 1984-85 e 1987-89, mormente no gênero alimentação. O peso relativo do grupo da acumulação intensiva voltou a crescer, atingindo um pico de 62,2% em 1988. Entre 1981 e 1984, caíram os gêneros líderes do grupo, mecânica, material de transporte e material elétrico, o que é a própria expressão da perda de dinâmica na crise. Em compensação, a química continuou crescendo, fundamentalmente em resposta ao amadurecimento de investimentos do II PND (CASTRO, 1985). De 1985 a 1989, são os mesmos três gêneros, aos quais se somou a metalúrgica, que ganharam participação, compensando a queda da química. Finalmente, entre 1990 e 1991, o grupo da acumulação extensiva voltou a crescer, ocupando o espaço deixado pela mecânica e por material elétrico, basicamente através do gênero alimentação. A política de combate à inflação, combinada com a drástica redução do protecionismo, estimulou esse segmento, ao mesmo tempo em que inibiu a indústria intensiva.

2.2 - A evolução do Produto real

O próximo dado que temos para analisar está disponível apenas para a segunda e a terceira etapa do desenvolvimento do fordismo tropical. Corresponde ao valor adicionado real e está no Gráfico 2. O primeiro subperíodo, representado pela evolução do Produto entre 1949 e 1959, mostra o mais

intenso crescimento do grupo da acumulação intensiva, que multiplicou em mais de cinco vezes o seu Produto a uma taxa média anual de 17,5%, contra menos da metade do grupo da acumulação extensiva, 8,4%. O gênero líder desse desempenho é o material de transporte, crescendo mais de 10 vezes. É o período de implantação da indústria automobilística. Entre 1959 e 1970, quando se completou a substituição de importações de bens de consumo e teve início o Auge Precoces, o desempenho do grupo da acumulação intensiva, principalmente, foi inferior, com uma taxa média anual de 9,8%, quase a metade da anterior. Isso foi resultado da crise que se estendeu de 1963 a 1967 e que encerrou o domínio do populismo sobre a cena política brasileira, momento em que uma série de reformas adequou o modo de regulação ao regime de acumulação, então já quase completo. O grupo de acumulação extensiva ressentiu-se menos da crise, reduzindo seu desempenho em menos de um terço, com 6,5% de taxa anual em 1959-70.

O próximo subperíodo é o de melhor desempenho da indústria brasileira na História. No entanto vemos que o grupo de acumulação extensiva cresceu a uma taxa média anual menor em 1970-74, 15,6%, puxada pelos gêneros material de transporte, material elétrico e mecânica. A construção do setor de bens de consumo duráveis, entre 1949 e 1959, respondeu pela maior média de então. É o grupo de acumulação extensiva que teve melhor desempenho durante o “milagre”, com uma taxa anual de 8,7%, onde se destacaram alimentação e minerais não-metálicos. Esse desempenho é explicável pela expansão horizontal da estrutura produtiva e pela urbanização (CARTIER-BRESSON et al., 1987), fazendo crescer o emprego e a construção civil.

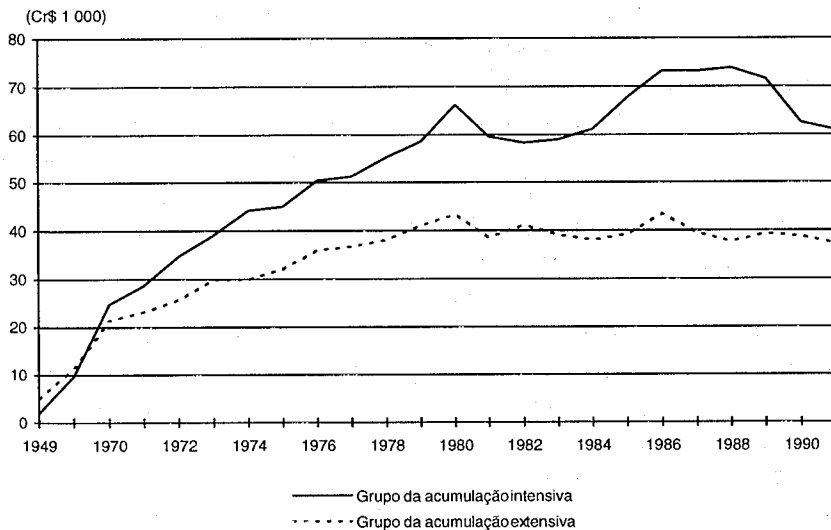
As taxas de crescimento reduziram-se significativamente entre 1974 e 1980, e o desempenho dos dois grupos ficou bastante próximo, com taxas médias anuais de 6,9% para o grupo da acumulação intensiva e de 6,4% para o grupo da acumulação extensiva. No grupo da acumulação intensiva, química, papel e papelão, matérias plásticas e material elétrico são os que mais cresceram, enquanto minerais não-metálicos lideraram o grupo da acumulação extensiva. Todos são gêneros contemplados com os investimentos do II PND, que sustentaram o desempenho positivo até 1980.

Depois de 1981, teve início o período de crise e reestruturação. Num primeiro momento, 1980-84, a retração foi mais intensa no grupo da acumulação extensiva, que caiu 3,2% ao ano, comparado a queda de 2,0% do grupo da acumulação intensiva. Entre 1984 e 1989, foi o grupo da acumulação intensiva que liderou uma retomada relativa, crescendo a 3,2% ao ano, contra

apenas 0,7% do grupo da acumulação extensiva. Entre 1989 e 1991, aprofundou-se novamente a recessão, puxada agora pelo grupo da acumulação intensiva, que despencou 7,7% ao ano, ao lado de -2,7% do grupo da acumulação extensiva. Cabe lembrarmos que, a não ser pelo primeiro subperíodo, quando o efeito do desemprego foi mais sentido, foi, ainda, o grupo da acumulação intensiva que liderou o desempenho da indústria em todo o período, através dos gêneros ligados à indústria automobilística e ao petróleo. Os outros indicadores explicarão melhor esse período, dando conta dos motivos desse desempenho do Produto real. Infelizmente, os dados são limitados até 1985, pois desde então não mais houve censos econômicos, e a Pesquisa Industrial Anual foi suspensa.

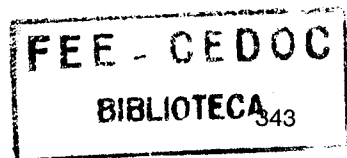
Gráfico 2

Valor adicionado real, na indústria, por grupos típicos, no Brasil — 1949-1991



FONTE: IBGE.

NOTA: Cruzeiros de 1970.



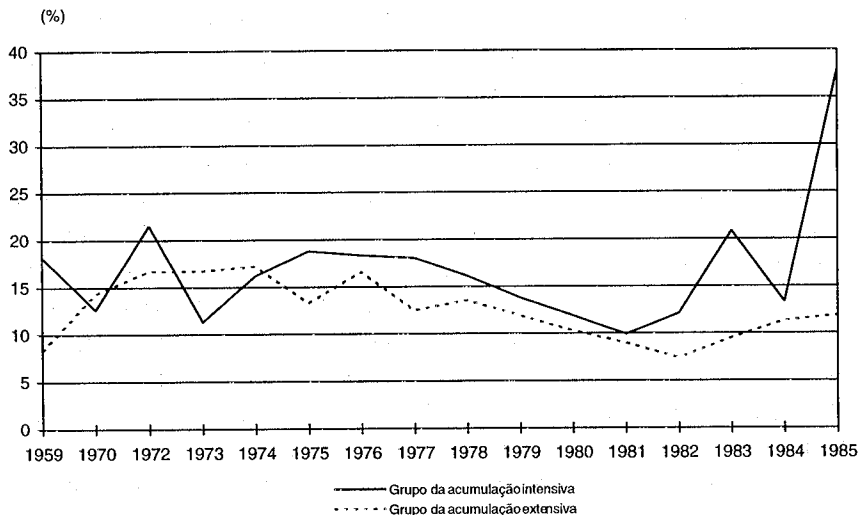
2.3 - O nível de investimento

A relação entre o investimento e o valor adicionado é apresentada no Gráfico 3. Lá, o ano de 1959 representa o final da substituição de importações de bens de consumo, que se traduz numa taxa de investimento do grupo da acumulação intensiva (18,2%) mais do que o dobro da do grupo da acumulação extensiva (8,3%). Os gêneros que puxaram essa taxa são os produtores de bens duráveis (material de transporte, mecânica, material elétrico). Nos dois subperíodos seguintes, Auge Precoce e Conclusão da Acumulação Intensiva, os dois grupos tiveram desempenho mais próximo. A diferença importante é a oscilação bastante intensa dos investimentos do grupo da acumulação intensiva durante o auge precoces, responsabilidade dos gêneros química e material de transporte. No subperíodo em que o regime de acumulação ficou completo, assistiu-se a uma queda quase monotônica das taxas de investimento dos dois grupos, bastante próximas uma da outra. Examinando os investimentos por gêneros, veremos grandes oscilações desencontradas no tempo. Material de transporte teve um pico em 1976 (Fiat); química, em 1977-78; papel e papelão, em 1979; e material elétrico, em 1977. Apenas a metalúrgica manteve uma taxa elevada (perto de 20%) em todo o período. Os gêneros do grupo da acumulação extensiva tiveram um comportamento mais uniforme. Houve um conjunto com taxas sempre reduzidas (vestuário, têxtil, perfumaria e fumo) e outro, ainda, com taxas elevadas (alimentação, minerais não-metálicos e bebidas). O grupo de investimentos do II PND respondeu por essas taxas, pois proporcionou blocos de investimentos em ramos que ainda estavam sendo construídos, com vistas a completar a estrutura produtiva do grupo da acumulação intensiva e, assim, "fechar" o regime da acumulação.

Ao compararmos os dados do Gráfico 3 com os do Gráfico 2, vemos que a queda dos investimentos precede o mesmo movimento do Produto, o que nos leva a crer que a lição de Kalecki precisa ser ligeiramente modificada para "Os capitalistas ganham hoje o que gastaram ontem". Surpreendente é o desempenho em sentidos opostos, quando abrimos o período de crise. Há uma retomada dos investimentos, modesta para o grupo da acumulação extensiva, mas bastante acentuada para o grupo da acumulação intensiva (37,9% em 1985). Os gêneros química e metalurgia explicam a taxa, que resultou de investimentos do Grupo Petrobrás e das siderúrgicas estatais. Esses investimentos levaram o grupo da acumulação intensiva a crescer entre 1985 e 1988, movimento que não é acompanhado pelas indústrias extensivas, a exceção do ano de 1986, época do Cruzado.

Gráfico 3

Relação investimento/valor adicionado na indústria, por grupos típicos, no Brasil — 1959-1985



FONTE: IBGE.

NOTA: Dados a preços correntes.

2.4 - O emprego e a produtividade

A força de trabalho ocupada na indústria teve um crescimento bastante intenso no subperíodo do fim da substituição de importação de bens de consumo, principalmente no grupo da acumulação intensiva, o qual mais do que triplicou o emprego entre 1949 e 1970, enquanto o grupo da acumulação extensiva ampliou em pouco mais de 50% seus postos de trabalho. Nos dois próximos períodos, experimentaram um crescimento, com exceção do ano de

1972,⁹ constante e semelhante para os dois grupos. O grupo da acumulação intensiva é liderado pelos 4M + Q (metalúrgica, mecânica, material elétrico, material de transporte e química); enquanto, no grupo da acumulação extensiva, a indústria têxtil cedeu lugar para a alimentação como maior empregadora. No período de crise, o emprego caiu para ambos os grupos, mas com mais intensidade no grupo da acumulação extensiva. Este empregava, em 1980, um contingente 26% maior do que o grupo da acumulação intensiva e passou, em 1984, a empregar apenas 13% a mais. No ano de 1985, viu-se um crescimento grande no emprego com pouca repercussão no Produto (Gráfico 2). Talvez resultado do pico dos investimentos assinalado no Gráfico 3.

A relação entre o emprego e o Produto está expressa no Gráfico 5, que representa a evolução da produtividade dos trabalhadores ocupados nos dois grupos. Vemos que, no subperíodo que marca o fim da substituição de importações de bens de consumo, a produtividade cresceu a taxas impressionantes para os dois grupos. De 1949 a 1959, foram 9,3% ao ano para o grupo da acumulação intensiva e 8,8% para o grupo da acumulação extensiva. No final desse subperíodo, que engloba a recessão dos anos 60, os ganhos de produtividade caíram substancialmente para taxas médias anuais, entre 1959 e 1970, de 3,1% para o grupo da acumulação intensiva e de 0,9% para o grupo da acumulação extensiva.

O subperíodo seguinte é decisivo em nossa análise desse dado. O momento de maior desempenho das taxas de crescimento e das mais elevadas taxas de investimento, que chamamos de Auge Precoce, apresentou uma redução importante da taxa anual de crescimento da produtividade do grupo da acumulação intensiva, que caiu para 3,0% em 1970-74, desempenho comparável ao dos anos 60, imersos em crise. Foi o grupo da acumulação extensiva que incorporou elevados ganhos de produtividade então, com uma taxa de 9,3% ao ano. O chamado "Milagre Brasileiro" foi um momento de modernização para as indústrias tradicionais, pois o segmento "novo" teve um

⁹ A atipicidade do ano de 1972 resultou, a nosso ver, de problemas com os dados na compatibilização entre o Censo e a PIA. Conforme os índices mensais do IBGE, o emprego na indústria de transformação cresceu 5% de 1971 para 1972 e 8,9% de 1972 para 1973 (9,7% pela PIA). Essa fonte não cobre o ano de 1970, assim como não há PIA em 1971, o que impede uma comparação melhor dos dois indicadores. É provável que, embora fosse a intenção do IBGE, os dados de emprego não sejam perfeitamente compatíveis entre o Censo de 1970 e a PIA.

desempenho relativamente baixo. O nível de produtividade pouco cresceu, para atingir um patamar ligeiramente acima do alcançado quando da substituição de importações dos bens de consumo duráveis na década de 50.

Em toda a nossa série, 1949-85, o grupo da acumulação intensiva teve ganhos de produtividade de 3,9% ao ano, contra 3,4% para o grupo da acumulação extensiva. A partir de 1974 e até 1980, na conclusão da acumulação intensiva, a produtividade manteve-se num ritmo de crescimento anual bastante lento, 2,3% para o grupo da acumulação intensiva e 1,3% para o grupo da acumulação extensiva. Isto é, o II PND completou lacunas da estrutura industrial, mas pouco modificou sua base técnico-produtiva. No período seguinte, quando se instalou a crise, o desempenho da produtividade foi ainda pior. Mesmo diante da reação das empresas de intensificarem o processo de trabalho, que pode ser identificada na observação do Gráfico 4, onde se vê uma queda do emprego muito acentuada entre 1981 e 1984, a produtividade caiu muito entre 1980 e 1985 (-2,9% ao ano para o grupo da acumulação intensiva e -3,8% para o grupo da acumulação extensiva).¹⁰

Na caracterização que fizeram do modo de desenvolvimento fordista, tanto Aglietta (1986) como Lipietz (1979) ou Boyer (1986) deram relevo ao fato de os ganhos de produtividade serem a fonte principal do crescimento e, portanto, da dinâmica do sistema. O seu desaparecimento no final dos anos 60 provocou a crise do regime de acumulação intensivo. Se a industrialização recente no Brasil tratou de construir um regime de acumulação intensivo, em larga medida copiando o modelo dos países de industrialização mais antiga, então, sua virtuosidade também depende do crescimento da produtividade associado a uma institucionalidade que garanta a realização da produção. Nesse sentido, a raiz da crise encontra-se, na realidade, espelhada no Gráfico 5, que, tudo indica, ainda não encontrou solução.¹¹ Apenas mais recentemente, retornaram os ganhos de produtividade mais significativos à indústria brasileira, estimados

¹⁰ Novamente, deve haver um problema com os dados, pois a pesquisa mensal dá um crescimento do emprego na indústria, em 1984-85, de 5,2%, e o nosso dado é de 12,9%.

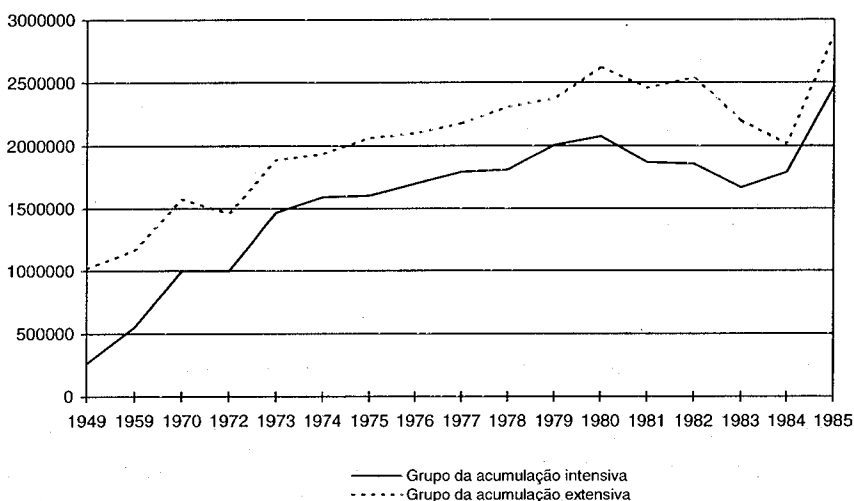
¹¹ Numa estimativa em que os resultados são ligeiramente diferentes dos aqui apresentados, pois a produtividade é medida em termos de valor bruto da produção e não do valor adicionado, Bonelli (1994) encontrou para o período 1985-92, para o qual não dispomos de dados, uma produtividade da mão-de-obra variando 1,7% ao ano, contra 1,5% em 1975-80 e 0,4% em 1980-85.

em 9,4% ao ano, entre 1990 e 1994, por Fligespan (1995). Nesse texto, chama-se atenção para o fato de essa elevação da produtividade resultar de mudança na gestão da mão-de-obra, com redução do emprego, e não de investimento em novas tecnologias, que fizeram produtividade e emprego crescerem no período áureo da acumulação intensiva.

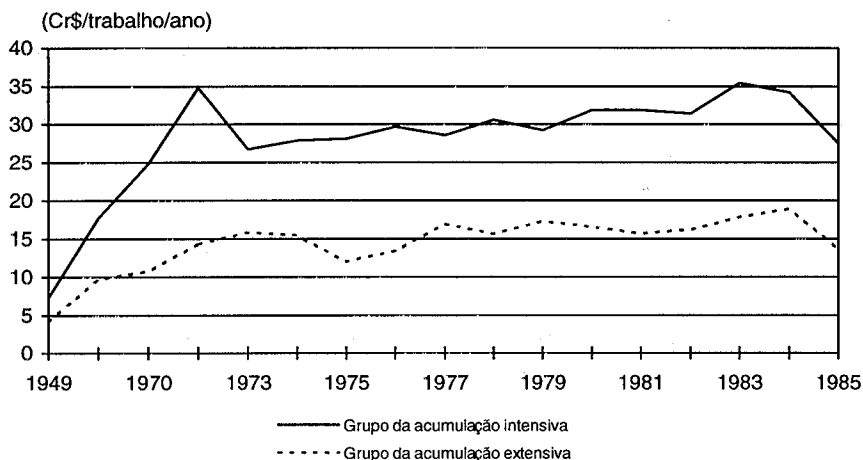
Podemos concluir, antes de avançarmos mais avaliando os dados que indicam a exploração da força de trabalho e a taxa de lucro, isto é, a eficiência econômica do sistema, que, do ponto de vista de sua eficiência técnica, o regime de acumulação brasileiro vem dando sinais de esgotamento desde a segunda metade dos anos 70, quando perdeu a capacidade de conseguir ganhos de produtividade significativos.

Gráfico 4

Pessoal ocupado na indústria, por grupos típicos, no Brasil — 1949-1985



FONTE: IBGE.

Gráfico 5**Produtividade do pessoal ocupado na indústria, por grupos típicos, no Brasil — 1949-1985**

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: 1. A produtividade foi calculada pela divisão do valor adicionado real (Gráfico 2) pelo pessoal ocupado (Gráfico 4).

2. Cruzeiros de 1970.

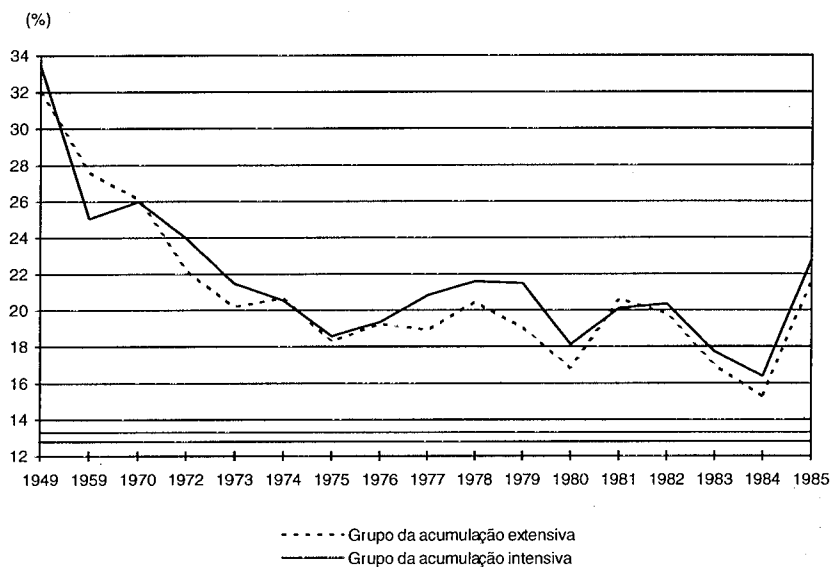
2.5 - Grau de exploração do trabalho e lucratividade

O último conjunto de indicadores que construímos mostra a eficiência econômica de cada grupo no que respeita à sua capacidade de impor um grau suficientemente elevado de exploração da força de trabalho. O Gráfico 6 mostra que tanto a indústria intensiva quanto a extensiva lograram manter sempre em valores muito próximos uma da outra a participação dos salários no valor adicionado. O grau de exploração do trabalho resulta tão semelhante

nas diversas conjunturas e períodos porque — lançando os olhos sobre os Gráficos 5 e 7, podemos perceber — o diferencial de produtividade entre os dois grupos, que se acentuou no começo do período de construção da acumulação intensiva, foi compensado por um também crescente diferencial de salários entre ambos. Quer dizer, em parte, os ganhos de produtividade foram repassados para os salários no que respeita ao diferencial entre os gêneros.

Gráfico 6

Participação dos salários no valor adicionado da indústria, por grupos típicos, no Brasil — 1949-1985



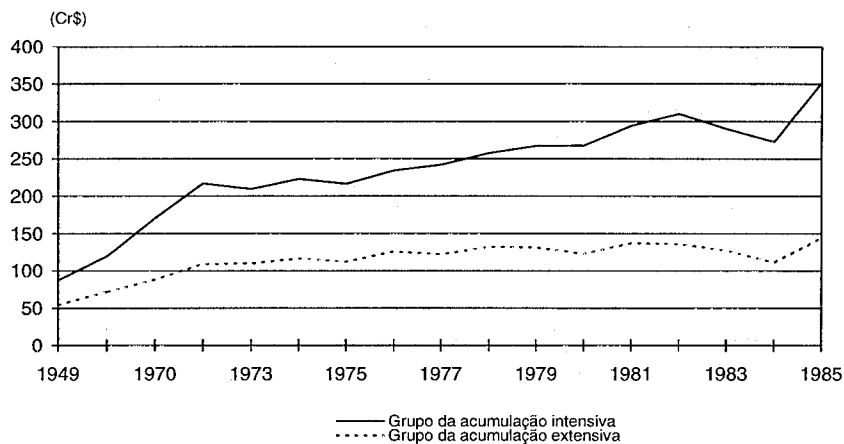
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: Participação dos salários e encargos do total dos trabalhadores ocupados no valor adicionado industrial a preços correntes.

Os dois subperíodos que englobam o fim da substituição de importações de bens de consumo e o auge precoce apresentam uma queda acentuada da participação dos salários no valor adicionado, que vai de 32,0% para o grupo da acumulação extensiva e 33,4% para o grupo da acumulação intensiva em 1949 para, respectivamente, 20,7% e 20,6% em 1974. A partir de então, esse movimento de queda, que ainda foi a tendência de longo prazo até 1984, ficou menos intenso. Nos primeiros anos do subperíodo de conclusão da acumulação intensiva, houve um crescimento da parcela dos salários em 1976-78, com nova queda em 1979-80. Na primeira parte do período de crise, um ponto de mínimo parece ter sido atingido, ao redor de 16%, e, em 1985, temos de novo 21,6% para o grupo da acumulação extensiva e 22,8% para o grupo da acumulação intensiva.

Gráfico 7

Salário médio anual real da indústria, por grupos típicos, no Brasil — 1949-1985



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
 FGV.

NOTA: 1. Salários e encargos deflacionados pelo IGV-FGV.
 2. Cruzeiros de 1980.

A evolução dos salários médios reais aparece no Gráfico 7 e, junto com a produtividade, explica o grau de exploração. Vemos que o período de mais intenso crescimento da produtividade, de 1949, ao final da transição para a acumulação intensiva, até 1972, em pleno Auge Precoces, foi também quando cresceram mais os salários reais dos dois grupos. Até 1975, houve uma estabilidade, mas, no restante do período que se encerrou em 1980, enquanto o grupo da acumulação extensiva permaneceu com seus salários praticamente estagnados, a remuneração dos trabalhadores do grupo da acumulação intensiva voltou a crescer, em que pese à aceleração da inflação e ao começo da crise e do desemprego em 1981. Apenas em 1983-84, uma ligeira queda ocorreu nesses salários, havendo novo crescimento em 1985. Se, entre 1974 e 1985, a produtividade estagnou, o resultado foi a queda da rentabilidade do grupo da acumulação intensiva, visível no Gráfico 8, contrastante com o crescimento do mesmo indicador para o grupo da acumulação extensiva.

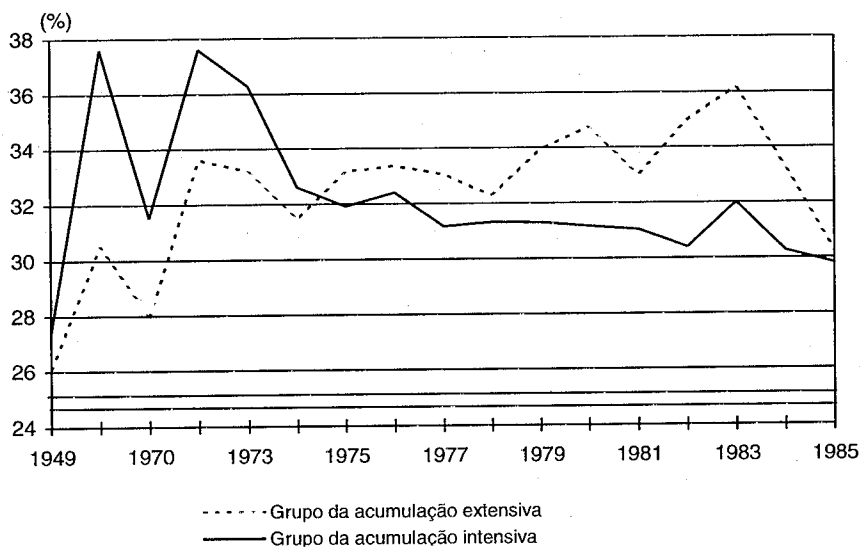
Os dados do Gráfico 8 mostram uma lucratividade que, com oscilação, cresceu até 1972 para os dois grupos de indústrias. Consideramos esse desempenho como resultado da combinação da evolução do salário real e da produtividade. Para um crescimento de 9,3% ao ano da produtividade entre 1949 e 1959, os salários reais do grupo da acumulação intensiva cresceram apenas 3,2%, enquanto, no grupo da acumulação extensiva, as taxas foram de 8,8% e 2,9% respectivamente. Essa combinação elevou o *markup* de 27,4% e 26,1% em 1949 para 37,6% e 30,5% em 1959, respectivamente, nos grupos da acumulação intensiva e extensiva. Já entre 1959 e 1970, produtividade e salário real médio cresciam, respectivamente, 3,1% e 3,2% para o grupo da acumulação intensiva e 0,9% e 1,9% ao ano para o grupo da acumulação extensiva, o que faz cair o *markup* de cada um para 31,5% e 27,9% em 1970. No subperíodo do Auge Precoces, entre 1970-74, os salários cresceram 0,7% ao ano em ambos os grupos, bem abaixo da produtividade, o que eleva novamente o *markup*.

Vamos examinar melhor o subperíodo da Conclusão da Acumulação Intensiva, que foi quando se gestou a crise. Entre 1974 e 1980, as taxas de *markup* seguiram tendências opostas. A da acumulação intensiva é declinante, e a da extensiva, crescente. Esse movimento divergente resultou do crescimento do salário real do grupo da acumulação intensiva acima da produtividade (3,1% ao ano contra 2,3%), certamente efeito de sua superior organização sindical na conjuntura de redemocratização do País. Já no grupo da acumulação extensiva, embora a produtividade tenha aumentado menos,

1,2% anual, os salários cresceram menos ainda, 0,9%. Nos primeiros anos da crise, houve uma recuperação do *markup* de ambos os grupos, fundamentalmente por efeito do desemprego, que fez cair um pouco o salário real e elevou a produtividade por via do aumento da intensificação do trabalho dos que permaneceram empregados, movimento identificável em ambos os grupos. Bastou a ocupação crescer para que o *markup* caísse novamente em 1985.

Gráfico 8

**Taxa de markup na indústria, por grupos típicos,
no Brasil — 1949-1985**



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: O *markup* é a razão margem bruta/VBP. Isto é, do valor adicionado foram subtraídos os salários e os encargos, e o resultado dividido pelo valor bruto da produção.

Podemos concluir que as empresas souberam defender sua lucratividade no que dependeu do aspecto mais visível da luta de classes, os conflitos que determinam o salário e a intensidade do trabalho (horas-extra, etc.). Isso se traduziu numa queda continuada da participação dos salários no valor adicionado. É perceptível que houve uma certa perplexidade, quando o movimento sindical se reorganizou na segunda metade dos anos 70, mas o desemprego que se expandiu a partir de 1981 e a aceleração da inflação deram novamente fôlego ao lado patronal na disputa. Notamos também que as empresas souberam beneficiar-se da inflação, ao fixarem seus preços relativos, fenômeno permitido pelo padrão de concorrência de uma economia oligopolizada e com padrão monetário instável, como a brasileira, sendo esse um segundo fator a reduzir a participação dos salários no valor adicionado. No entanto isso não foi suficiente para garantir um *markup* mais elevado. Faltou garantir uma segunda viga no alicerce da lucratividade, que é a da produtividade.

É importante frisar que o componente decisivo na análise de lucratividade é o comportamento da taxa de lucro, o qual, todavia, não pode ser examinado com esses números. Marx apontou a composição orgânica do capital como o mais importante determinante da taxa de lucro em sua célebre “Lei da Queda Tendencial”. Mais ainda, nas análises que se servem da abordagem da regulação, a queda da taxa de lucro resultante da elevação da relação capital/Produto, uma forma de expressar a elevação da composição orgânica, tem sido apontada como causa da crise do regime de acumulação intensiva, associada à redução dos ganhos de produtividade do trabalho (LIPIETZ, 1986). Infelizmente, em função da insuficiência dos dados, não pudemos estimar uma série do capital empregado para incluir essa variável na análise, o que nos deixou apenas com a opção de trabalharmos com margens de lucro e não com taxas.

3 - Lições da crise

Da análise que desenvolvemos, podemos concluir que a crise que se abateu sobre a economia brasileira desde 1981 tem suas origens, ao lado da instabilidade macroeconômica revelada na inflação, na dívida externa, ou no desequilíbrio do setor público, que tem sido objeto privilegiado do debate

acadêmico e político, em problemas surgidos na própria estrutura de produção. Em outras palavras, não se trata de uma crise conjuntural, que possa ser resolvida por arranjos de política econômica de curto prazo, mas, sim, de uma crise estrutural. Tudo nos leva a crer que a crise é uma crise do regime de acumulação. Isso quer dizer que a reprodutibilidade do sistema está comprometida. Além de dificuldades de realização do Produto, já apontadas em outros estudos que levaram em consideração a demanda (CARTIER-BRESSON et al, 1987, TAUILE, YOUNG, 1992), pudemos identificar uma crise do lado da oferta, visível na perda de eficiência do segmento líder da estrutura produtiva, o grupo da acumulação intensiva, seguido de perto pelo restante do setor industrial.

Nesse conjunto de indicadores que examinamos aqui, podemos apontar duas variáveis como contribuintes para a crise do regime de acumulação: o declínio dos ganhos de produtividade e o crescimento dos salários reais, ambas conduzindo à queda da lucratividade do segmento líder da indústria, o grupo da acumulação intensiva. Dessa conclusão, podemos inferir que há indícios de que o regime de acumulação esteja esgotado. Uma mudança do modo de regulação, seja através de uma nova relação salarial, pela qual a redistribuição de renda alargue o mercado, repetindo o que ocorreu na Europa Ocidental e nos EUA no Pós-guerra, seja através de uma nova forma de Estado e da moeda, que crie oportunidades de novos investimentos, qualquer dessas alternativas abrindo, via transformações institucionais, um novo espaço para o regime de acumulação intensivo, que parou de crescer com o fim da substituição da importações e da urbanização, não pode resolver a crise do modo de desenvolvimento fordista tropical. É preciso que o próprio regime de acumulação seja modificado, no sentido de reconquistar uma virtuosidade técnica e produtiva perdida e reincorporar ganhos de produtividade muito mais intensos.

Nesse sentido, podemos adiantar uma conclusão em que se repetem os resultados alcançados pelas análises feitas com o uso da abordagem da regulação para o caso das economias dos países centrais. O regime de acumulação intensivo parece estar esgotado pela incapacidade da estrutura produtiva garantir uma recomposição da taxa de lucro sem uma mudança do próprio paradigma industrial e tecnológico. Esse esgotamento é o maior responsável pela crise do modo de desenvolvimento fordista. No Brasil, a economia periférica que mais avançou no sentido de construir uma estrutura industrial dentro do paradigma da acumulação intensiva, o mesmo processo de

esgotamento do regime de acumulação parece ter ocorrido, o que, associado a uma crise do modo de regulação desenvolvimentista, que não abordamos aqui, provocou o esgotamento do modo de desenvolvimento que chamamos de fordismo tropical. É essa a profundidade da crise e o tamanho do desafio que o País enfrenta.

Bibliografia

- AGLIETTA, Michel (1986). **Regulación y crisis del capitalismo**. México: Siglo XIX.
- BONELLI, Régis (1994). Productividad, crecimiento y exportaciones industriales de Brasil. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n.52, abr.
- BOYER, Robert (1986). **La théorie de la régulation une analyse critique**. Paris: La Découverte.
- CANO, Wilson (1993). **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: UNICAMP.
- CARTIER-BRESSON, J. et al. (1987). **Dynamique interne et specialisation internationale du modèle d'industrialization brésilien**. Paris: Ecole Normale Supérieure/ Rapport Recherche.
- CASTRO, Antonio B. (1985). **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, Antonio B. et al. (1984). **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CENSO INDUSTRIAL 1949-60-70-75-80-85 (1958,1960,1974,1979,1984,1985). Rio de Janeiro: IBGE.
- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. (1989). Da crise do escravismo à crise do fordismo periférico no Brasil: uma proposta de periodização sob a ótica regulacionista. In: FARIA, Luiz A. E. et al. **Desvendando a espuma: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE.
- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. (1989a). Grandes crises e estágios da economia brasileira: uma revisão da literatura para uma proposta de periodização. In: FARIA, Luiz A. E. et al. **Desvendando a espuma: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro**. Porto Alegre: FEE.

- ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988 (1990). Rio de Janeiro: IBGE.
- ESTUDO NACIONAL DA DESPESA FAMILIAR (1981). Rio de Janeiro: IBGE.
- FARIA, Luiz A. E. (1989). O retorno da crise... e da controvérsia. In: FARIA, Luiz A. E. et al. **Desvendando a espuma**: reflexões sobre a crise, regulação e capitalismo brasileiro. Porto Alegre: FEE.
- FARIA, Luiz A. E. (1992). A economia política, seu método e a teoria da regulação. **Ensaaios FEE**, v.13, n.1, p.291-315.
- FARIA, Luiz A. E. (1994). **A abordagem da regulação como base de uma periodização do desenvolvimento econômico brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS/ CPGE. (Texto para discussão, n.94/12).
- FARIA, Luiz A. E., WINCKLER, Carlos R. (1994). O andar do crustáceo. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v.15, n.2, p.413-457.
- FLIGENSPAN, Flávio B. (1995). Reestruturação e ganhos de produtividade na indústria brasileira. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, v.4, n.10.
- HAGUENAUER, Lia (1990). **Estrutura industrial e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IEI. (Texto para discussão, n.235).
- HARVEY, David (1992). **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola.
- LIPIETZ, Alain (1979). **Crise et inflation, pourquoi?** Paris: Maspero.
- LIPIETZ, Alain (1986). Por detrás da crise: a tendência à queda da taxa de lucro; a contribuição de alguns trabalhos franceses recentes. **Questões de Economia Política**, v.2, n.3.
- LIPIETZ, Alain (1988). **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel.
- LIPIETZ, Alain (1992). **Audácia**: uma alternativa para o século XXI. São Paulo: Nobel.
- PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 1977/88 (1990). Rio de Janeiro: IBGE.
- PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL (1972/1984). Rio de Janeiro: IBGE.
- RIFLART, Christine (s.d.). **Le Brésil face à la crise des années 80**: régime d'accumulation et insertion internationale. Paris: Universités de Paris VII , VIII. (Tese de doutoramento).
- SABÓIA, João (1987). Teoria da regulação e 'raport salarial' no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 15. **Anais...** Salvador: ANPEC.

TAUILE, José R., YOUNG, Carlos E. (1991). **Concentração de renda e desenvolvimento econômico:** uma análise sobre a década de setenta. Rio de Janeiro: IPEA. (Cadernos de economia, n.9).

Abstract

Brazil experienced an intensive cycle of economic growth and crisis between the seventies and the eighties,. The core of this behavior was the industrial sector. This paper analyses this recent cycle in the ligh of the regulation approach. It starts analysing statistical data of Brazilian industry in order to detect the causes of that movement. It is possible to point out as the main cause of crisis the falling rate of produtcivity growth and the rising real wages in the second half of the seventies that produced a decline in the rate of mark up. The same movement was detected by regulationist researches on developed countries and was assumed as the main cause of the crises of the so called fordist mode of development. In this way, the mode of development of Brazilian economy can be seen as an adaptation to a peripheral country of that kind of capitalist accumulation and described as a "tropical fordism".